

A young boy with short hair, wearing a blue swimsuit, is sitting in a boat on a river. He is looking out at the water. The boat is made of woven reeds or similar natural materials. The background shows the river and some greenery.

RELATÓRIO
PÚBLICO
2 0 0 3



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

A CPI-SP em 2003

A Comissão Pró-Índio de São Paulo divulga ao público mais um relatório anual, apresentando suas principais realizações, seus parceiros e ainda os apoios financeiros recebidos no ano de 2003.

Em 2003, a CPI-SP completou 25 anos de existência. Sua história foi lembrada em uma seção especial em seu site institucional.

Nestes 25 anos, a CPI-SP procurou garantir seu contínuo desenvolvimento institucional de forma a ampliar cada vez mais a capacidade de cumprir sua missão bem como adequar-se às novas realidades e aos novos desafios. Em 2003, mais um passo foi dado no desenvolvimento institucional da CPI-SP com a consolidação das mudanças na estrutura organizacional e a contratação de novos membros para a coordenação do Programa Povos Indígenas e da gestão administrativa.

As ações desenvolvidas em 2003 buscaram cumprir os objetivos prioritários da CPI-SP:

- garantia dos direitos territoriais de povos indígenas e das comunidades quilombolas.
- consolidação e avanços no reconhecimento legal dos direitos de povos indígenas e das comunidades quilombolas.
- aumento da capacidade propositiva dos beneficiários.
- ampliação das potencialidades de manejo dos recursos naturais dos territórios indígenas e quilombolas e das alternativas de geração de renda.

No que diz respeito aos direitos territoriais, destacamos a titulação de mais uma terra de quilombo em Oriximiná (Pará) em 2003: a Terra Quilombola Alto Trombetas, ocupada por cinco comunidades.

A CPI-SP contribuiu também para um importante avanço no reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas: a aprovação pelo governo federal de nova regulamentação para o processo de titulação das terras de quilombo (Decreto 4.887/2003).

Desde novembro de 1999, a CPI-SP vinha lutando pela revisão dessas normas, o que finalmente veio a ocorrer em novembro de 2003.

Visando contribuir com a capacitação dos beneficiários, em 2003 a CPI-SP organizou quatro oficinas de formação que contaram com a participação

de 157 pessoas, entre índios, quilombolas, representantes de ONGs e órgãos governamentais e consultores.

A CPI-SP deu continuidade também aos projetos de etnodesenvolvimento: Manejo dos Territórios Quilombolas e Novos Rumos no Horizonte dos Guarani da Aldeia Boa Vista.

A partir de 2003, o Projeto Manejo passou a contar com o apoio financeiro da União Europeia que possibilitou a ampliação de suas ações.

Também em 2003, foi aprovado um apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente para o projeto desenvolvido na Aldeia Boa Vista que possibilitará, a partir de 2004, um incremento considerável de suas atividades.

Já as ações de desenvolvimento institucional priorizaram em 2003:

- construção do website da CPI-SP.
- revisão do sistema de planejamento, monitoramento e avaliação.
- definição de uma política de gênero para a CPI-SP.

Em 2003, a CPI-SP iniciou o processo de definição de sua política de gênero.

Desde 2000, a CPI-SP vem realizando esforços para incorporar a perspectiva de gênero em seus programas iniciando pelos trabalhos que desenvolve com as comunidades quilombolas de Oriximiná. A partir desta primeira atividade, fortaleceu-se na CPI-SP a vontade de que a dimensão de gênero fosse integrada em suas diversas ações e em sua própria missão.

O desafio que se coloca é conciliar o respeito à visão de cada cultura sobre relações de gênero com a garantia de oportunidades para que todas e todos expressem seus próprios desejos e o direito a ter direitos.

Neste processo, que deve encerrar-se em 2004, a CPI-SP conta com a consultoria da Sempreviva Organização Feminista.

Programa Povos Indígenas

O Programa Povos Indígenas tem como prioridade atuar com as comunidades indígenas que vivem no Estado de São Paulo, com destaque para as aldeias do litoral norte.

As ações da CPI-SP objetivam dar visibilidade à diversidade étnica e cultural presente em São Paulo. Visam também contribuir com a

definição, a proposição e o monitoramento de políticas públicas dirigidas aos povos indígenas que vivem em nosso Estado.

No Estado de São Paulo estão localizados 24 territórios indígenas, onde vivem aproximadamente quatro mil índios dos povos Guarani (Mbya e Nhandeva), Kaingang, Terena e Krenak.

Além desta população, há também um grande número de indígenas vivendo nas cidades. Em 1998, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE apontavam para uma população de 33.829 indígenas na região metropolitana.

Trata-se de famílias pertencentes aos povos Pankararu, Fulniô, Kariri-Xocó, Xukuru, Pankararé (originários da Região Nordeste) e Xavante (vindos do Mato Grosso).

Muitos desses grupos indígenas presentes em áreas urbanas mantêm e cultivam suas identidades étnicas, suas culturas e sólidas redes sociais, de solidariedade interna e com suas comunidades de origem.

Direitos Territoriais

Em 2003, a CPI-SP levantou a situação fundiária das terras indígenas no Estado de São Paulo e elaborou um mapa com sua localização.

Das 24 terras indígenas existentes no Estado de São Paulo, três estão localizadas na capital, três na região centro-oeste, três no litoral norte, seis na Baixada Santista, cinco no complexo estuarino lagunar Cananéia-Ilha Comprida-Iguape e quatro no Vale do Ribeira.

Dez destas terras ainda não foram identificadas e duas estão em processo de demarcação física.

A maioria das terras indígenas regularizadas é insuficiente para que as comunidades sobrevivam física e culturalmente.

O caso mais extremo é a T.I. do Jaraguá, onde vivem 50 famílias em 1,75 hectare.

Esta terra, bem como as outras duas da capital e uma do litoral norte (T.I. Ribeirão Silveira), está em processo de revisão de seus limites.

A Aldeia Boa Vista (litoral norte) e as três aldeias localizadas na região centro-oeste do Estado aguardam que sejam iniciados os processos de revisão dos limites de suas terras.

Capacitação

Em 2003, a CPI-SP procurou contribuir com a formação de lideranças indígenas Guarani do Estado de São Paulo, para qualificar e ampliar sua atuação junto aos órgãos governamentais responsáveis pela execução de políticas públicas na área fundiária, de saúde e de educação.

Entre os dias 17 e 19 de setembro, a CPI-SP, em parceria com o Conselho Indigenista Missionário – Regional Sul, realizou na cidade de São Paulo a Oficina “Políticas Públicas e Controle Social: Participação Indígena nas Políticas de Terra, Saúde e Educação”.

Este evento reuniu 32 lideranças indígenas provenientes de 15 aldeias Guarani da capital, Vale do Ribeira, litoral sul e litoral norte do Estado de São Paulo.

Ao todo foram 48 participantes, entre índios, consultores, representantes de órgãos governamentais (FUNAI e FUNASA), convidados, organizadores e pessoal de apoio.

Na oficina foram analisadas e debatidas as atuais legislações, políticas públicas e formas de controle social referentes às políticas de demarcação de terras indígenas, de atenção à saúde indígena e de educação escolar indígena.

A oficina proporcionou aos Guarani o acesso a novas informações sobre seus direitos.

A oficina também possibilitou a elaboração de um diagnóstico atualizado da situação fundiária, das áreas de saúde e educação escolar nas aldeias da capital, litoral norte, litoral sul e Vale do Ribeira.



Etno-desenvolvimento

Em 2003, as ações do projeto estiveram concentradas na elaboração do projeto arquitetônico da Casa de Cultura para a Aldeia Boa Vista.

A Casa de Cultura será um espaço de divulgação da cultura Guarani e comercialização do artesanato. Esta iniciativa objetiva organizar a venda do artesanato e a visita da aldeia por turistas.

Na Casa de Cultura será implementado um conjunto de atividades (apresentações do grupo de canto e dança, exposição permanente da cultura material Guarani, oficinas de confecção do artesanato e palestras com as lideranças e os velhos da comunidade), voltado para os turistas e estudantes que poderão aprender sobre a cultura Guarani e também comprar o artesanato.

A CPI-SP contratou uma arquiteta e um engenheiro para elaborarem junto com os Guarani o projeto arquitetônico da Casa de Cultura. Ao longo de quatro meses foram realizadas reuniões entre a equipe técnica e a comunidade. Nestas reuniões, o projeto foi sendo concebido e transformado até ficar de acordo com os desejos da comunidade.

O desafio que se coloca para 2004 é levantar os recursos para a construção da Casa de Cultura.



Programa Comunidades Quilombolas

Este programa combina ações locais (dirigidas às comunidades de Oriximiná) com intervenções de âmbito estadual (voltadas às comunidades quilombolas do Pará) e nacional.

O programa implementa projetos de desenvolvimento sustentado, apóia as comunidades na luta pela titulação de suas terras, contribui com a capacitação de lideranças, propõe legislação e políticas públicas, monitora as ações governamentais e disponibiliza ao público informação sobre os direitos e a realidade das comunidades quilombolas.

Direitos Territoriais

No Pará existem aproximadamente 200 comunidades quilombolas. Apesar de ser o Estado com o maior número de comunidades regularizadas (cerca de 60) e a maior extensão de terras tituladas do País, o Pará tem ainda muitas comunidades que aguardam pela regularização de seus territórios.

Atualmente, a CPI-SP apóia as comunidades quilombolas dos municípios paraenses de Oriximiná e Santarém na luta pela titulação de suas terras.

Titulação Alto Trombetas

Em 2003, tivemos um importante resultado de nossas ações: a titulação da Terra Quilombola Alto Trombetas pelo governo do Estado do Pará.

Esta titulação garante a cinco comunidades quilombolas (cerca de 200 famílias) 61.211,9578 hectares de seu território que na totalidade alcança 200.000 hectares.

A outra parte deste território está em processo de desapropriação pelo governo estadual. Uma terceira porção encontra-se dentro dos limites de duas unidades de conservação.

Com mais essa titulação, são 21 as comunidades de Oriximiná (600 famílias) que já receberam o título de suas terras, tendo garantido a propriedade de 361.825,48 hectares.

Terras de Quilombo em Santarém

No município paraense de Santarém vivem seis comunidades quilombolas que têm uma população total aproximada de 345 famílias, que ocupam terras nas margens do Rio Tapajós e no interior do município (região conhecida como Planalto).

A CPI-SP apóia, desde 2002, a luta das comunidades quilombolas de Santarém pela titulação de suas terras.

Em 2003, a CPI-SP, em parceria com o Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea do IBAMA (ProVárzea), promoveu a oficina “Quilombolas de Santarém: História, Terra e Luta”.

Realizada entre nos dias 7 a 10 de novembro de 2003, na cidade de Santarém, a oficina cumpriu três objetivos principais: informar sobre os procedimentos para a titulação das terras de quilombo; apresentar o resultado do levantamento etno-histórico das comunidades Arapemã, Saracura e Bom Jardim, patrocinado pela CPI-SP, e planejar os próximos passos visando à oficialização do pedido de titulação e o acompanhamento do processo.

O evento contou com a presença de 33 integrantes das seis comunidades quilombolas de Santarém: Saracura, Arapemã, Tiningu, Murumurutuba, Bom Jardim e Murumuru.

O número total de participantes foi de 48 pessoas, entre quilombolas de Santarém, Oriximiná, Óbidos, consultores e convidados.

A oficina contou ainda com a participação do executor do INCRA em Santarém que na ocasião comprometeu-se a proceder aos levantamentos cartoriais e populacionais nas seis comunidades.

Desenvolvimento Sustentado

Exploração Comunitária da Castanha em Oriximiná

Em 2003, o sistema de exploração comunitária da castanha-do-pará incluiu mais cinco comunidades, ampliando para 20 o número de comunidades integrantes.

O processo de preparação para a safra de 2004 incluiu atividades como: reuniões com os castanheiros para definições das regras de operação, treinamento dos participantes, aquisição de equipamentos de transporte e comunicação e construção dos armazéns.

Aproveitamento do Ouriço da Castanha

Com o objetivo de encontrar alternativas para agregar valor à castanha-do-pará, a CPI-SP e a ARQMO (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná) investiram no estudo da viabilidade técnica de utilização dos ouriços como matéria-prima para a produção de artesanato.

O estudo realizado em 2003 indicou que o ouriço é um material que apresenta muitas possibilidades de aproveitamento. Com ele é possível fazer inúmeros objetos, dos mais simples aos mais sofisticados, dependendo da tecnologia aplicada.

Ainda em 2003, foram construídos os protótipos dos artesanatos que deverão ser produzidos e comercializados pelos quilombolas a partir de 2004.

Sistemas Agroflorestais

A CPI-SP e a ARQMO deram os passos iniciais para a implantação de sistemas agroflorestais nas comunidades de Oriximiná.

Esta iniciativa visa ampliar a sustentabilidade da prática agrícola dos quilombolas, bem como enriquecer e diversificar sua dieta alimentar.

Com o objetivo de transmitir conhecimentos básicos sobre os sistemas agroflorestais e colher sugestões para o projeto de introdução de técnicas agrícolas sustentáveis, foram organizadas duas séries de oficinas.

A primeira série incluiu nove oficinas, com a participação de 135 homens e mulheres quilombolas de nove comunidades. A segunda série foi composta por três oficinas exclusivas para mulheres quilombolas, das quais participaram 59 mulheres de 11 comunidades.

A partir de 2004, será iniciada a implantação dos sistemas agroflorestais em cumprimento à programação definida com os quilombolas.

Legislação

No primeiro semestre de 2003, a CPI-SP elaborou e divulgou proposta de decreto para regulamentar o processo de titulação das terras de quilombo.

O objetivo desta iniciativa foi o de contribuir com o processo de revisão das normas estabelecidas no governo FHC que cerceavam o direito à propriedade da terra assegurado pela Constituição Federal aos quilombolas.

A revisão da regulamentação foi determinada pelo Presidente Lula em 13 de maio de 2003 em atendimento à reivindicação dos quilombolas, das organizações do movimento negro e da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

A CPI-SP foi a única ONG a apresentar uma proposta sistematizada de decreto.

Em novembro de 2003, pudemos constatar um importante resultado desta iniciativa com a publicação dos Decretos 4.883, 4.884 e 4.887.

As novas normas para a titulação das terras de quilombo refletem em grande parte as propostas apresentadas pela CPI-SP.

A expectativa é de que a nova regulamentação possibilite a retomada dos processos de regularização fundiária. Nos últimos três anos, nenhum título de propriedade para comunidades quilombolas foi emitido pelo governo federal. Somente os governos estaduais, com destaque para o Estado do Pará, expediram títulos nesse período.

Para saber mais sobre a nova regulamentação, consulte o site da CPI-SP na seção Quilombos: Legislação.

http://www.cpis.org.br/htm/conheca_quilombos.htm





Repertório Legislação

Em maio de 2003, a CPI-SP disponibilizou ao público, através de seu site, um repertório das leis e das normas reguladoras relativas aos direitos das comunidades de quilombos.

Trata-se da única fonte de consulta com informação sistematizada sobre a matéria.

No segundo semestre de 2003, a CPI-SP procedeu à primeira atualização do repertório de leis e normas. Nesta oportunidade foi acrescentada uma seção dedicada à legislação internacional referente a comunidades quilombolas. Foram copiladas, nesta primeira etapa, as legislações de Colômbia, Equador e Nicarágua.

Confira: http://www.cpis.org.br/hm/conheca_quilombos.htm

Capacitação

Em 2003, a CPI-SP procurou contribuir com a ampliação da capacidade propositiva dos quilombolas no tema das políticas públicas.

Ainda estão por ser construídas políticas públicas que contemplem as especificidades deste segmento da sociedade brasileira. Por outro lado, o movimento quilombola ressen-te-se de maior informação e reflexão sobre o tema.

Diante desse quadro, a CPI-SP organizou duas oficinas para discussão de políticas de desenvolvimento sustentado para comunidades quilombolas.

Oficina: Terra e Desenvolvimento Sustentado I

A oficina foi realizada nos dias 10 a 12 de junho na cidade de São Paulo com a participação de 30 pessoas, sendo 17 quilombolas dos Estados de

São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Maranhão, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A oficina foi organizada em torno da discussão de três temas: titulação das terras de quilombo; desenvolvimento sustentado; certificação, comércio justo e marcas étnicas.

No último dia da oficina, os participantes fizeram uma visita à loja Mundaréu para conhecer de perto uma iniciativa de comércio justo.

Oficina: Terra e Desenvolvimento Sustentado II

A oficina foi realizada na comunidade do Bacabal, no município de Oriximiná, nos dias 22 a 24 de julho, em parceria com a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná e com o apoio do IMAFLORA (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) e do Programa Raízes/Governo do Estado do Pará.

Participaram da oficina 41 pessoas, sendo 37 quilombolas.

Dentre os 35 quilombolas paraenses, 23 eram homens e 12 mulheres vindos de 10 municípios diferentes. Participaram também dois quilombolas da região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, das comunidades Ivaporunduva e Sapatu.

Os temas abordados na oficina foram: desenvolvimento sustentado, direitos territoriais e políticas públicas.

Ao final da oficina, os participantes aprovaram um documento com propostas de políticas públicas para o desenvolvimento sustentado das comunidades quilombolas.

O documento foi um importante resultado da oficina tendo sido divulgado amplamente entre os quilombolas do Pará e outros Estados, entre ONGs e instâncias governamentais e no website da CPI-SP.

Parcerias em 2003

Beneficiários

- Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
- Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Arapemã
- Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Bom Jardim
- Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Murumuru
- Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Murumurutuba
- Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Saracura
- Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Tiningu
- Associação dos Moradores do Bairro do Camburi
- Associação do Quilombo do Camburi
- Associação Indígena Tembiguaí (Aldeia Boa Vista)
- Associação Comunidade Pankararu da Zona Leste
- Associação SOS Comunidade Indígena Pankararu
- Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas do Pará

Organizações não-governamentais

- Associação Mundaréu
- Conselho Indigenista Missionário – Regional Sul
- Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
- Instituto Gondwana
- Pastoral Indigenista de São Paulo
- Sempreviva Organização Feminista

Organismos governamentais

- Centro de Referência e Treinamento da Coordenação Estadual de DST-AIDS
- Parque Estadual da Serra do Mar/Governo do Estado de São Paulo
- Programa Raízes/Governo do Pará
- Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea do IBAMA (ProVárzea)/IBAMA

Participação em redes e articulações

- Associação Brasileira de ONGs – ABONG
- Colegiado de Coordenação da Regional São Paulo da ABONG
- Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
- Conselho Brasileiro de Manejo Florestal
- Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Européias e Entidades Parceiras do Brasil – PAD
- Rede de ONGs da Mata Atlântica

Financiadores

- Agência Católica da Inglaterra e País de Gales para o Desenvolvimento (CAFOD)
- Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)
- DKA – Áustria
- Fundo Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente
- International Rivers Network
- Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO)
- Kerkinactie – Ministérios Globais
- OXFAM
- União Européia

Informe Financeiro

Entradas em 2003

AGÊNCIAS DE APOIO	R\$	%
Agências de Cooperação	1.276.987,95	91,50
Comissão Européia/ICCO	882.227,38	
ICCO	153.297,46	
OXFAM	142.703,12	
CAFOD	49.840,00	
DKA – Áustria	15.736,33	
Kerkinactie	14.723,66	
CESE	10.000,00	
IRN	8.460,00	
Fundos do governo brasileiro	47.605,00	3,41
FNMA – MMA		
Receitas financeiras	70.363,61	5,04
Recursos próprios	725,86	0,05
TOTAL GERAL	1.395.682,42	100,00

Despesas realizadas em 2003

DESPESAS	R\$	%
Gestão	356.247,40	33,8
Salários e encargos	218.007,94	20,7
Administração	77.851,37	7,4
Quitação da dívida INSS	35.966,29	3,4
Equipamentos	24.421,80	2,3
Programas	686.501,34	65,2
Desenvolvimento institucional	18.565,35	1,8
Povos indígenas	48.813,66	4,6
Comunidades quilombolas	619.122,33	58,8
Auditoria Externa	9.800,00	0,9
TOTAL	1.052.548,74	100

A contabilidade da CPI-SP foi auditada em 2003 pela empresa HLB Audilink Auditores e Consultores. O parecer da auditoria externa está disponível no site www.cpis.org.br

A Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma organização não-governamental que tem como beneficiários os povos indígenas e as comunidades remanescentes de quilombos do Brasil.

Fundada em 1978, a CPI-SP tem trabalhado junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com a construção de um Estado que se reconheça multicultural e pluriétnico.

Em seus 25 anos de existência, a CPI-SP participou ativamente dos mais importantes debates em torno dos direitos indígenas e quilombolas – discutindo e fazendo propostas, assessorando organizações indígenas e quilombolas, pressionando e colaborando com órgãos governamentais e atuando em diferentes áreas.

Para saber mais consulte o site: www.cpis.org.br

Conselho Diretor

Carlos Fernando da Rocha Medeiros
Flávio Jorge Rodrigues da Silva
Glenn Ross Switkes
Lúcia Helena Vitalli Rangel
Mara Lúcia Manzoni Luz

Conselho Consultivo

Alain Charles Edouard Moreau
Dalmo de Abreu Dallari
David Zylbersztajn
Eurípedes Antônio Funes
Girolamo Domenico Treccani
João Paulo Botelho Vieira Filho
Lux Boelitz Vidal
Orlando Sampaio Silva

Coordenadora Executiva

Lúcia M. M. de Andrade

Equipe

Coordenadora do Programa Povos Indígenas

Selma Aparecida Gomes

Coordenadora do Programa Comunidades Quilombolas

Lúcia M.M. de Andrade

Gerente Administrativa

Jana E.B. d'Avila

Auxiliar de Contabilidade

Lourival dos Santos Souza

Auxiliar de Secretaria

Luciano Evangelista Silva

Créditos da Publicação

Fotos Carlos Penteado (capas, pág. 03, 04, 06, 08 e 10) • L. Andrade (pág. 07) • Selma A. Gomes (pág. 04) • Eduardo A. Silva (pág. 04)

Projeto Gráfico Irmãs de Criação



IMPRESSO



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

Rua dos Pinheiros, nº 54 conjunto 02
05422-000 São Paulo - SP - Brasil
fone/fax: +55 (11) 3088.6905 • 3088.7729
e-mail: cpisp@cpisp.org.br

www.cpisp.org.br